CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias individuais em 30 de junho de 2017 e 2016

KPDS 198545

Conteúdo

Relatório da administração **3**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais **6**

Balanços patrimoniais **9**

Demonstrações de resultados **11**

Demonstrações de resultados abrangentes **12**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **13**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto **14**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais **15**

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e societárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras individuais da CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. relativas ao exercício findo em 30 de junho de 2017, elaborada na forma da legislação societária brasileira e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do parecer dos atuários independentes.

Mensagem da Administração

A CESCEBRASIL pretende manter-se como referência no mercado de seguros de Garantias, Crédito Interno e Crédito à Exportação. Em um mercado com enorme potencial de crescimento, principalmente no ramo de Seguro de Crédito, a Companhia segue inovando com produtos diferenciados. Lançou novos produtos em consonância com o que já opera nos mercados da Europa, e que tem demonstrado grande interesse por parte das empresas brasileiras. Com o aumento da inadimplência em geral, o seguro de crédito passa a ter uma grande procura pelos empresários, por se tratar de uma ferramenta importante de gestão e cobertura dos riscos de crédito.

Cenário econômico e operacional

A economia brasileira apresenta um cenário desfavorável desde de 2015, o País encerrou 2016 com uma inflação de 6,29% a.a (10,67% a.a em 2015, maior índice desde 2002), a recessão, que se aprofundou em 2016, ainda apresenta reflexos no primeiro semestre de 2017. Em 2016 o Produto Interno Bruto (PIB) registrou queda em todos os trimestres em comparação aos trimestres de 2015. O primeiro semestre de 2017 não mostrou sinais de melhoria na economia e as perspectivas são desfavoráveis até o final do ano. Mesmo com esse cenário, a Seguradora acredita que o mercado de Seguro de Crédito possui um grande potencial de crescimento, ainda que apresente baixa contratação em relação ao número de empresas existentes no país e também em relação a outros países onde esse produto já é comercializado a mais tempo, como, por exemplo, o mercado europeu. Assim, apesar da situação econômica desfavorável, acreditamos que exista um vasto mercado a ser explorado.
Quanto ao Seguro Garantia, houve uma redução nos prêmios emitidos quando comparado ao mesmo período do ano anterior, devido, principalmente, pela redução das obras públicas realizadas no país, muito em função das consequências políticas desencadeadas pela operação Lava Jato.

Desempenho financeiro e operacional

O cenário atual desfavorável referente ao desempenho econômico e político do país levou a Companhia a adoção de políticas conservadoras na análise e aceitação dos riscos, que fez a Companhia encerrar o semestre com um pequeno prejuízo de R$ 25 mil e redução nos prêmios

emitidos de mais de 60% em relação ao primeiro semestre de 2016. Essa redução ocorreu basicamente nos ramos de Seguro Garantia e no DPVAT.

Devido aos resultados dos períodos a companhia não teve distribuição de dividendos. A companhia não teve mudanças em seu controle acionário. A CesceBrasil Seguros tem no uma empresa controlada de prestação de serviço de análise de crédito.

Os investimentos operacionais foram realizados dentro da política de investimentos aprovada pelo Conselho de Administração, sendo que a capacidade financeira está condizente com as normas legais e regulamentares previstas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Investimos constantemente em melhorias na nossa estrutura de auditoria interna, controles internos e procedimentos de *compliance* e, com isso, nosso processo operacional tem se tornado cada vez mais eficaz e eficiente.

Governança Corporativa

A instância máxima de governança na Seguradora é o Conselho de Administração, que representa os controladores e determina as diretrizes estratégicas e as principais orientações para a atuação comercial, operacional e corporativa da CESCEBRASIL que são executadas pela Diretoria local.

Dessa maneira, a condução das atividades operacionais tem uma gestão mais participativa entre a Diretoria e os respectivos gestores.

Por fim, nossos agradecimentos às autoridades do mercado segurador, aos clientes, corretores, funcionários e colaboradores.

São Paulo, 31 de julho de 2017.

Administração

Conselho de Administração

José Américo Peón de Sá
Presidente

Jesús Urdangaray López
Vice-Presidente

Jaime de Miguel Muñoz
Conselheiro

Diretoria

Cristina Rocco Salazar
Diretora-presidente

João Carlos Ramos Junior
Diretor

Contador

João Carlos Ramos Junior
Contador CRC 1SP206118/O-7

Atuário Responsável Técnico

Ricardo César Pessoa
MIBA_1076

KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais

Aos Conselheiros e Diretores da
CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A.
São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias individuais da CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações individuais do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias individuais”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias individuais e o relatório do auditor
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative (“KPMG International”), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative (“KPMG International”), a Swiss entity.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias individuais

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias individuais, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias individuais.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias individuais.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

  Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de agosto de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Zenko Nakassato
Contador CRC 1SP160769/O-0

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A.

Balanços Patrimoniais em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016

Valores expressos em milhares de reais

ATIVO	NOTA	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
CIRCULANTE		**160.160**	**165.640**
Disponível		**2.680**	**2.302**
Caixa e bancos	**6**	2.680	2.302
Aplicações	**7.1**	**88.354**	**88.946**
Créditos das operações com seguros e resseguros		**31.217**	**29.063**
Prêmios a receber	**8.1**	26.756	24.229
Operações com resseguradoras	**8.5.1**	4.461	4.834
Outros créditos operacionais	**8.6**	**346**	**809**
Ativos de resseguro	**9**	**33.433**	**41.020**
Títulos e créditos a receber		**745**	**591**
Créditos tributários e previdenciários		50	140
Depósitos judiciais e fiscais	**10**	148	148
Outros créditos		547	303
Despesas antecipadas		**149**	**-**
Custos de aquisição diferidos	**11**	**3.236**	**2.909**

PASSIVO	NOTA	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
CIRCULANTE		**138.132**	**142.485**
Contas a pagar		**4.752**	**5.674**
Obrigações a pagar	**15**	2.948	3.552
Impostos e encargos sociais a recolher		878	796
Encargos trabalhistas		787	497
Impostos e contribuições	**16**	139	829
Débitos das operações com seguros e resseguros		**23.625**	**21.190**
Prêmios a Restituir	**8.2**	32	1
Operações com seguradoras	**8.4**	74	192
Operações com resseguradoras	**8.5.2**	20.142	18.121
Corretores de seguros e resseguros	**17**	3.112	2.618
Outros débitos operacionais	**18**	265	258
Depósito de terceiros	**19**	**63**	**517**
Depósito de terceiros		63	517
Provisões técnicas	**20**	**109.692**	**115.104**
Danos		100.692	115.104

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais intermediárias.

CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A.

Balanços Patrimoniais em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016

Valores expressos em milhares de reais

	NOTA	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**11.749**	**10.596**
Créditos das operações com seguros e resseguros		**171**	**171**
Operações com resseguradoras	**8.2.1**	171	171
Outros Créditos Operacionais		**-**	**3**
Ativos de resseguro	**9.1**	**5.494**	**4.625**
Custo de aquisição diferidos	**11**	**1.053**	**1.125**
Investimentos	**12**	**3.925**	**3.352**
Participações societárias		3.921	3.348
Outros investimentos		4	4
Imobilizado	**13**	**830**	**1.006**
Bens móveis		631	769
Outras imobilizações		199	237
Intangível	**14**	**276**	**314**
Outros intangíveis		276	314
TOTAL DO ATIVO		**171.909**	**176.236**

	NOTA	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**9.988**	**9.937**
Provisões técnicas	**20**	**7.463**	**7.179**
Danos		7.463	7.179
Outros débitos	**21**	**2.525**	**2.758**
Provisões judiciais		1.345	1.496
Outras provisões		1.180	1.262
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**22 e 22.1**	**23.789**	**23.814**
Capital social		78.759	78.759
Prejuízos acumulados		(54.970)	(54.945)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LIQUIDO		**171.909**	**176.236**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais intermediárias.

CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A.

Demonstrações de resultados 30 de junho de 2017 e 30 de junho de 2016

Valores expressos em milhares de reais

	Nota	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
PRÊMIOS EMITIDOS	22.1	33.997	56.582
(+/-) VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS		(1.354)	(15.842)
(=) PRÊMIOS GANHOS	22.2	32.643	40.740
(+) RECEITAS COM EMISSÃO DE APÓLICES		1.227	1.238
(-) SINISTROS OCORRIDOS	22.3	(15.738)	(32.088)
(-) CUSTOS DE AQUISIÇÃO	22.4	(2.584)	(2.095)
(+) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	22.5	(2.419)	(3.040)
(+) RESULTADO COM RESSEGURO		(6.739)	(739)
Receita com resseguro	22.6	5.208	11.882
Despesa com resseguro	22.7	(11.628)	(12.621)
Outros resultados com resseguro		(319)	-
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	22.8	(7.807)	(7.594)
(-) DESPESAS COM TRIBUTOS	22.9	(748)	(1.085)
(-) RESULTADO FINANCEIRO	22.10	1.619	2.210
(-) RESULTADO PATRIMONIAL	22.11	590	519
(=) RESULTADO OPERACIONAL		44	(1.934)
(+) GANHOS E PERDAS COM ATIVOS NÃO CORRENTES		20	-
(=) RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		64	(1.934)
(-) Imposto de renda	23	-	-
(-) Contribuição social	23	-	50
(-) PARTICIPAÇÕES SOBRE O RESULTADO		(89)	(140)
(=) PREJUÍZO DO SEMESTRE		(25)	(2.024)
(/) QUANTIDADE DE AÇÕES		190.697.468	190.697.468
(=) PREJUÍZO POR AÇÃO - R$		(0,00)	(0,01)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais intermediárias.

CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A.

Demonstrações dos mutações do patrimônio líquido 30 de junho de 2017 e 2016

Valores expressos em milhares de reais

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Em 1° de janeiro de 2016	**78.759**	**(52.624)**	**26.135**
Prejuízo do semestre	-	(2.321)	(2.321)
Em 30 de junho de 2016	**78.759**	**(54.945)**	**23.814**
Em 1° de janeiro de 2017	**78.759**	**(54.945)**	**23.814**
Prejuízo do semestre	-	(25)	(25)
Em 30 de junho de 2017	**78.759**	**(54.970)**	**23.789**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais intermediárias.

CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes em 30 de junho de 2017 e 2016

Valores expressos em milhares de reais

	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
Prejuízo do semestre	**(25)**	**(2.024)**
Resultados abrangentes	(25)	(2.024)
Total dos resultados abrangentes - atribuível aos acionistas controladores	**(25)**	**(2.024)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais intermediárias.

CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto em 30 de junho de 2017 e 2016

Valores expressos em milhares de reais

Atividades operacionais	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
Prejuízo Líquido do semestre	**(25)**	**(2.024)**
Ajustes para:	**2.896**	**19.191**
Depreciação e amortizações	135	177
Amortização de ativos intangíveis	50	47
Perda na alienação de imobilizado	(20)	(1)
Resultado de equivalência patrimonial	(583)	(506)
Redução ao valor recuperável	(195)	(102)
Variação do Custo de aquisição diferidos	(241)	1.804
Variação dos Ativos de resseguro	140	(9.582)
Variação das provisões técnicas - seguros e resseguros	3.610	27.354
Variação das contas patrimoniais:	**(2.613)**	**(18.891)**
Ativos financeiros	592	(14.349)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(1.493)	(15.114)
Ativos de resseguro	6.577	2.075
Créditos tributários e previdenciários	90	(358)
Despesas antecipadas	(149)	(130)
Custos de aquisição diferidos	(13)	(3.525)
Outros ativos	(305)	6.375
Contas a pagar	(604)	(458)
Impostos e contribuições	(690)	(844)
Outras - contas à pagar	372	720
Débitos de operações com seguros e resseguros	2.436	6.784
Depósitos de terceiros	(453)	(38)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(8.739)	(154)
Provisões judiciais	(234)	152
Outros passivos	-	(27)
Caixa líquido consumido / (gerado) nas atividades operacionais	**258**	**(1.724)**
Atividades de investimento	**120**	**(322)**
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	-	(292)
Intangível	(73)	(42)
Recebimento pela venda:		
Imobilizado	186	-
Recebimento de dividendos - DPVAT	7	12
Caixa líquido consumido / (gerado) nas atividades de investimento	**120**	**(322)**
Redução/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**378**	**(2.046)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	2.302	5.558
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	2.680	3.512

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais intermediárias.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. é uma Seguradora de capital fechado, controlada pelo Consórcio Internacional de Aseguradores de Credito - CIAC (sediado em Madri, Espanha), cujo o principal acionista é o Estado Espanhol, autorizada a atuar nos ramos de seguro de garantias, crédito interno e seguros de crédito à exportação, em todo território nacional, operando nos principais centros econômicos do País e está sediada na Alameda Santos, 787, conjunto 111, Cerqueira Cesar, São Paulo - SP.

O Grupo CESCE é especializado na gestão integrada de risco comercial e seu principal acionista é o estado espanhol, tendo ainda participação acionária dos principais bancos e empresas Seguradoras da Espanha. O seu objeto social é prover seguro às empresas contra os riscos de falta de pagamento decorrentes das vendas dos seus produtos e da prestação de serviços, tanto no mercado interno como no externo, além de garantias de cumprimento de obrigações contratuais.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aprovadas pela SUSEP.

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP n° 517/15 e alterações, sendo apresentadas segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelos Pronunciamentos CPC 26 e CP21 (R1).

As referidas demonstrações foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional dos negócios.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em reunião realizada em 27 de julho de 2017 e aprovada pelo Conselho de Administração na mesma data.

2.1 Base para mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas na moeda Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais (R$(000)) e arredondadas para o milhar mais próximo.

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da

transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor apurada na data de transação. As oscilações cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras da Seguradora estão demonstradas a seguir. Estas políticas foram aplicadas consistentemente em todos os períodos apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

A Seguradora considera como caixa e equivalentes de caixa as disponibilidades, que compreendem o caixa, as contas correntes em bancos e outros ativos de curto prazo (vencimento original de três meses ou período menor) de alta liquidez e com baixo risco de variação no valor justo de mercado.

3.2 Aplicações e instrumentos financeiros

As aplicações financeiras são efetuadas em títulos de renda fixa públicos e privados, e de acordo com a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações e normas específicas do CMN.

a. Classificação

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

(i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo, por meio do resultado, são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

(ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do período.

(iii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Compreende os ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

(iv) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, quando aplicável, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após

a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados, são classificados nesta categoria. Todos os recebíveis são avaliados para *impairment* a cada data de balanço (vide nota 3.2 (c)).

b. Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

c. Determinação do valor justo

Valor justo dos ativos financeiros é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado na data de balanço. O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda fixa privados tiveram seus valores justos apurados da seguinte forma: (i) CDB pré-fixados - o valor justo é calculado considerando o valor presente com base nas taxas de juros dos contratos de DI futuro da BM&FBovespa. (ii) Letras financeiras e (iii) Debentures - o valor justo é calculado considerando o valor presente com base nas taxas de juros contratadas.

(a) Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (incluindo prêmios a receber de segurados e operação de resseguradores)

A Seguradora avalia semestralmente se há evidência de que um determinado ativo classificado na categoria, empréstimos ou recebíveis (ou se um grupo de ativos) esteja deteriorado ou *impaired*.

A redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber é mensurada a partir de estudo interno baseado em dados históricos, que representa a melhor estimativa da Administração em relação a possíveis perdas incorridas. O estudo determina um percentual médio de perdas históricas efetivas que é aplicado sobre as parcelas em atraso de prêmios à receber.

Para as operações a recuperar com resseguradores, a Seguradora reconhece uma redução ao valor recuperável para os valores vencidos há mais de 180 dias.

3.3 Ativos não financeiros

Os valores dos ativos não financeiros são revistos no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda considerada permanente, que é reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável.

3.4 Ativos intangíveis - outros intangíveis

a. Softwares e licenças de uso

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Seguradora, são reconhecidos como ativos intangíveis quando elegíveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente.

A amortização do ativo intangível é calculada segundo o método linear pelas taxas de amortização indicadas na Nota 14.

3.5 Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos.

Gastos subsequentes são capitalizados ao valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecido como um componente separado do ativo imobilizado somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo irão fluir para a Seguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear pelas taxas de depreciação indicadas na Nota 13.

3.6 Classificação de contratos de seguro e contratos de investimento

A Seguradora classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro. Como guia geral, a Seguradora define risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com substância comercial) que são maiores do que os benefícios pagos caso o evento segurado não ocorra. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo.

3.7 Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do CNSP e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), descritas a seguir:

(i) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pelas parcelas de riscos assumidos, correspondentes ao período de risco não decorrido do prazo de vigência de cada apólice, segundo parâmetros e normas determinadas pelo CNSP, atualizada monetariamente no caso de seguros indexados e calculada pelo método "pro rata die" com base no valor do prêmio comercial, incluindo as operações de cosseguro aceitos, bruto das operações de resseguro e líquido das operações de cosseguro cedido.

(ii) A Provisão de Prêmios Não Ganhos referente aos Riscos Vigentes e ainda Não Emitidos (PPNG-RVNE) é atualmente constituída a partir da aplicação da Nota Técnica Atuarial, com exceção ao ramo garantia - setor público, que considera o percentual médio estabelecido na Circular SUSEP Nº 517/15, em razão de não haver histórico de informações consistentes para a aplicação da metodologia disposta em NTA. A metodologia ainda considera uma análise histórica, onde os valores de prêmios emitidos em atraso são alocados segundo o início de vigência do risco e, posteriormente, é recalculada a PPNG, considerando os riscos já emitidos e os riscos emitidos em atraso, e comparada com a PPNG contábil, obtendo-se, assim, um fator de ajuste para cada mês avaliado. Por fim, os percentuais de atraso verificados em cada

mês irão acarretar em um percentual médio de atraso, o qual será aplicado mensalmente sobre a PPNG contabilizada para se determinar a PPNG-RVNE.

(iii) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída com base na estimativa de pagamentos prováveis, avisados até a data das demonstrações financeiras, bruto de recuperações e resseguros e líquida de cosseguros cedidos, determinada com base nas notificações de sinistros avisados.

Em atendimento aos normativos em vigor, a seguradora possui uma Nota Técnica Atuarial, onde consta uma metodologia estatístico-atuarial, para apurar uma eventual necessidade de ajuste da PSL proveniente do IBNeR (Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados), que utiliza a experiência passada para projetar o valor dos sinistros avisados a serem liquidados. Contudo, esta metodologia não é ainda adotada, pois a seguradora não possui uma base de dados consistente para a sua aplicação, devido à pequena experiência estatística da base de dados.

(iv) A Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR) é constituída para todos os ramos de atuação da Seguradora, com base na Circular 517/15 e alterações emitidas pela SUSEP, considerando percentuais específicos para cada ramo de seguro, haja vista não haver histórico de informações consistentes para a aplicação de uma metodologia atuarial própria.

(v) A provisão de despesas relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros já incorridos, considerando as despesas alocáveis (ALAE) e não alocáveis (ULAE).

(vi) Os custos de aquisição são amortizados no decorrer do prazo de vigência das apólices.

3.7.1 Teste de adequação dos passivos

Conforme Circular SUSEP Nº 517, de 30 de julho de 2015, que instituiu o teste de adequação de passivos para fins de elaboração das demonstrações financeiras e definiu regras e procedimentos para a sua realização, a seguradora deve avaliar se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se a diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas resultar em valor positivo, caberá à sociedade supervisionada reconhecer este valor na Provisão Complementar de Cobertura (PCC), quando a insuficiência for proveniente das provisões de PPNG as quais possuem regras de cálculos rígidas, que não podem ser alteradas em decorrência de insuficiências. Os ajustes decorrentes de insuficiências nas demais provisões técnicas apuradas no TAP devem ser efetuados nas próprias provisões. Nesse caso, a companhia deverá recalcular o resultado do TAP com base nas provisões ajustadas, e registrar na PCC apenas a insuficiência remanescente.

O TAP foi elaborado bruto de resseguro e para a sua realização a seguradora considerou a segmentação estabelecida pela Circular SUSEP Nº 517/2015 e alterações, ou seja, entre Eventos a Ocorrer e Eventos Ocorridos do grupo de danos, excluindo-se as operações com seguro DPVAT.

Para a elaboração dos fluxos de caixa considerou-se as estimativas de prêmios, sinistros, despesas e impostos, mensurados na data base de junho de 2017, descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), com base na metodologia proposta pela SUSEP, usando o modelo de Svensson para interpolação e extrapolação das curvas de juros e o

uso de algoritmos genéricos em complemento aos algoritmos tradicionais de otimização não linear, para a estimação dos parâmetros do modelo. As taxas de sinistralidade aplicadas ao Teste de Adequação de Passivos de 30 de junho de 2017 foram, em média, de 87,86%, para o ramo crédito internos (748), e de 13,92%, para os demais ramos de danos (crédito externo e garantia) operacionalizados pela Seguradora.

Com base no Estudo Atuarial do Teste de Adequação de Passivos da Seguradora. realizado para a data base de 30 de junho de 2017, concluiu-se que o seu passivo por contrato de seguro está adequado para os Grupos de Eventos a Ocorrer e de Eventos Ocorridos, não sendo necessário o ajuste das provisões constituídas, deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas, visto que estas se mostraram superiores aos valores estimados dos fluxos de caixa, os quais foram elaborados em conformidade com os parâmetros mínimos estabelecidos pela Circular SUSEP Nº 517/2015.

3.8 Contas a pagar

As obrigações a pagar são inicialmente reconhecidas ao valor de custo e quaisquer efeitos significativos de ajuste a valor presente são reconhecidos segundo o método da taxa efetiva de juros até a data de liquidação.

3.9 Benefícios a empregados

A Seguradora possui participação nos lucros de acordo com o disposto na Lei nº 10.101/2000, acordado com os funcionários e outros benefícios de curto prazo, conforme nota 24.

3.10 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R$ 240 e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% até agosto de 2015 e a 20% a partir de setembro 2015 sobre o lucro tributável conforme Lei nº 13.169/2015.

As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social inclui as despesas de impostos correntes e os efeitos de tributos diferidos. A Seguradora reconhece no resultado do período os efeitos dos impostos de renda e contribuição social, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, onde nestes casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

Em função da Seguradora ter apurado prejuízos fiscais em, pelo menos, 3 dos últimos 5

exercícios, não foram constituídos créditos tributários sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias, conforme determina a Circular SUSEP 517/2015.

3.11 Outras provisões, ativos e passivos contingentes

A Seguradora reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão, de acordo com as regras estabelecidas no CPC 25 - "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes". Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas.

As provisões são constituídas a partir de uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos externos da Seguradora, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando num desembolso futuro. Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a administração dispõe de adequado controle da situação de um evento futuro certo, apesar de não ocorrido, e depende apenas dela, ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

3.12 Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e considera:

(a) os prêmios de seguros e os custos de aquisição diferidos, contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas e reconhecidos nas contas de resultados, pelo valor proporcional no prazo de vigência do risco;

(b) As operações de resseguro são registradas com base em prestações de contas que estão sujeitas a análise pelos resseguradores. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro relacionado.

(c) As receitas de prêmios e os custos de aquisição diferidos, relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidos ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas.

(d) As receitas de juros de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo através do resultado) são reconhecidas no resultado do período segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva. Quando um ativo financeiro é reduzido como resultado de perda por *impairment*, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.

(e) A receita de prêmios de DPVAT e as respectivas provisões técnicas são contabilizadas brutas, com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. (“Seguradora Líder”) na proporção do percentual de participação no Consórcio DPVAT. Compete à Seguradora Líder as funções de recolher os prêmios, coordenar a emissão dos bilhetes, liquidar os sinistros e pagar as despesas de administração com os recursos dos consórcios, de acordo com a Resolução CNSP nº 332/15.

(f) A participação dos funcionários no resultado é apurada com base no descrito em acordo sindical coletivo.

3.13 Resseguro

Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma separada, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exime a Companhia de honrar suas obrigações perante os segurados.

Os ativos de resseguro compreendem (i) os prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas e não emitidas, conforme os contratos firmados para cessão de riscos, cujo período de cobertura dos riscos ainda não expirou, cujo reconhecimento dar-se-á inicialmente pelo valor contratual e ajustar-se-á conforme o período de exposição do risco que foi contratado; (ii) as parcelas correspondentes das indenizações pagas aos segurados ou pendentes de liquidação, que são recuperadas junto aos resseguradores e (iii) as comissões sobre os repasses de prêmios conforme os contratos firmados de cessão de riscos.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil:

- Notas 3.6 - Classificação e mensuração dos contratos de seguro;
- Notas 3.2. e 7 - Aplicações financeiras;
- Nota 10.2 - Créditos tributários e previdenciários;
- Nota 3.4 e 14 - Ativo intangível;
- Notas 3.7 e 20 - Provisões técnicas; e
- Notas 3.11 e 21 - Provisões judiciais.

5 Gerenciamento de riscos

5.1 Resumo da estrutura de gerenciamento de risco

A Seguradora detém em sua estrutura políticas e procedimentos que visam o gerenciamento de riscos. A estrutura existente é adequada aos riscos a que a Seguradora encontra-se exposta e é compatível com a natureza e a complexidade das operações e dos produtos comercializados.

A Seguradora mantém em sua estrutura um Comitê de Gerenciamento de Risco que mantém reporte imediato junto à Diretoria da Seguradora assim como ao Conselho de Administração e que tem como objetivo auxiliar a administração na revisão e na discussão de informações acerca do gerenciamento dos riscos empresariais, incluindo as políticas, procedimentos, práticas e reportes com relação aos riscos de subscrição, crédito, investimento, operacional e de liquidez, assim como a aderência da Seguradora com os requerimentos legais e regulatórios.

5.2 Risco de seguro

Os fatores que agravam o risco de seguro incluem a habilidade de diversificação de risco, tipo do risco, questões geográficas e o tipo de indústria.

A Seguradora possui diversos mecanismos que tem como principal objetivo a minimização do risco de seguro ou redução de custos operacionais na liquidação de sinistros ou pagamento de benefícios aos segurados.

- *Segmento de seguros de garantias* - o seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixada na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador no contrato principal, para construção, adiantamentos, inexecução dentro do prazo acordado, fornecimento e prestação de serviços, até o valor da garantia fixado na apólice. Encontram-se também garantidos por este contrato de seguro, os valores das multas e indenizações devidos à Administração Pública, tendo em vista o disposto no inciso III do artigo 8º da Lei nº 8.666/93. A avaliação dos riscos no seguro garantia consiste na avaliação do tomador, exigindo que esse não apresente problemas financeiros no presente e no futuro para cumprir com suas obrigações de execução ou pagamento. Em todas avaliações são observadas capacidade patrimonial e de geração de lucros a liquidez e solvência dos tomadores. A avaliação é realizada com base nos dados mantidos pela Seguradora os quais foram obtidas através de diferentes fontes de informações, tais como agências de informações, bancos, câmaras de comércio, informações gerais do mercado, etc.

- *Segmento de seguros de crédito* - a gestão dos limites de crédito concedidos é realizada através da análise das informações constantes em base de dados e informações da Seguradora, sendo que os principais focos da avaliação são: liquidez, solvência, moralidade e capacidade de geração de resultado.

  As informações são obtidas através de agências de informações, câmaras de comércio e informações gerais, sendo que a Seguradora monitora a posição desses devedores e tomadores com certa periodicidade, a fim de verificar se sua posição financeira atualizada está adequada para a manutenção dos limites concedidos.

A capacidade financeira dos tomadores é reavaliada periodicamente, a fim de verificar se sua posição financeira não se deteriorou de forma significativa desde a emissão dos limites de créditos vigentes.

A concentração da produção da companhia para os produtos de seguro garantias e créditos estão distribuídos por região da seguinte forma (valores líquidos do DPVAT):

Premio emitido direto	**30/06/2017**			
	Região			
Produto	**NORDESTE**	**SUDESTE**	**SUL**	**Total geral**
Crédito à Exportação	76	1.068	303	1.447
Crédito Interno	221	15.101	(298)	15.024
Garantia Judicial	-	-	-	-
Garantia de Obrigações Privadas	-	414	(63)	351
Garantia de Obrigações Públicas	(5)	3.114	151	3.260
Total geral	**292**	**19.697**	**93**	**20.082**

Premio emitido direto	**30/06/2016**			
	Região			
Produto	**NORDESTE**	**SUDESTE**	**SUL**	**Total geral**
Crédito à Exportação	232	2.891	807	3.930
Crédito Interno	509	20.208	909	21.626
Garantia Judicial	-	(69)	-	(69)
Garantia de Obrigações Privadas	-	2.267	72	2.339
Garantia de Obrigações Públicas	12	7.828	70	7.910
Total geral	**753**	**33.125**	**1.858**	**35.736**

Premio resseguro emitido	**30/06/2017**			
	Região			
Produto	**NORDESTE**	**SUDESTE**	**SUL**	**Total geral**
Crédito à Exportação	(31,00)	(582)	(101)	(714)
Credito Interno	(76)	(7.815)	418	(7.473)
Garantia Judicial	-	-	-	-
Garantia de Obrigações Privadas	-	(251)	64	(187)
Garantia de Obrigações Públicas	3	(1.839)	(78)	(1.914)
Total geral	**(104)**	**(10.487)**	**303**	**(10.288)**

Premio resseguro emitido	**30/06/2016**			
	Região			
Produto	**NORDESTE**	**SUDESTE**	**SUL**	**Total geral**
Crédito à Exportação	(130)	(1.227)	(419)	(1.776)
Credito Interno	(292)	(9.855)	(537)	(10.684)
Garantia Judicial	-	69	-	69
Garantia de Obrigações Privadas	-	(1.164)	(46)	(1.210)
Garantia de Obrigações Públicas	(6)	(4.962)	(36)	(5.004)
Total geral	**(428)**	**(17.139)**	**(1.038)**	**(18.605)**

a. Análise de sensibilidade

Há incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões técnicas, quando estas são obtidas através de metodologias estatístico-atuariais. Por exemplo, o atual montante de sinistros estimados será confirmado apenas quando todos os sinistros forem efetivamente liquidados pela seguradora.

Isto posto, acrescenta-se que o Teste de Sensibilidade visa demonstrar os efeitos quantitativos sobre o montante estimado de sinistros declarados no Passivo da seguradora, bem como no Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e no Resultado, quando alterada alguma das variáveis aplicadas à metodologia de cálculo da provisão constituída numa determinada data base.

Neste contexto, o Teste de Sensibilidade realizado para a CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A., na data base de 30/06/2017, foi aplicado sobre a Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR), a Provisão de Despesas Relacionadas e a Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), declaradas para todos os ramos operacionalizados pela Seguradora, sendo que os resultados poderão ser vistos a seguir:

	Impacto causado no:							
	Data Base: 30/06/2017				**Data Base: 31/12/2016**			
Premissas Atuariais	**Passivo [1]**	**Ativo [2]**	**PLA**	**Resultado [3]**	**Passivo [1]**	**Ativo [2]**	**PLA**	**Resultado [3]**
Aumento de 5,0% na Sinistralidade, aplicada à Provisão de IBNR	259	184	74	74	313	216	97	97
Redução de 5,0% na Sinistralidade, aplicada à Provisão de IBNR	(259)	(184)	(74)	(74)	(313)	(216)	(97)	(97)
Aumento de 0,5% no Índice de Inflação, aplicado sobre a PSL	92	76	16	16	134	116	19	19
Redução de 0,5% no Índice de Inflação, aplicado sobre a PSL	(92)	(76)	(16)	(16)	(134)	(116)	(19)	(19)

Observações:

(1) Valores que deverão ser adicionados ao passivo da seguradora, para apurar o impacto causado no Patrimônio Líquido e no Resultado.

(2) Valores que deverão ser adicionados ao ativo da seguradora, para apurar o impacto causado no Patrimônio Líquido e no Resultado.

(3) Valores obtidos após a dedução do Imposto de Renda e Contribuição Sindical.

b. Riscos financeiros

Os riscos são monitorados através de instrumentos e modelos de análise de risco que leva em consideração o cenário econômico e os requerimentos regulatórios que norteiam os negócios e ativos financeiros da Seguradora.

Com o objetivo de promover uma melhor gestão e controle da carteira e dos riscos financeiros existentes, é realizado o estudo de gestão de ativos e passivos a fim de adequar os parâmetros da carteira de ativos à do passivo, garantindo assim a solvência e os recursos de caixa necessários à operação.

Os principais fatores de risco que afetam o negócio da Seguradora são:

Títulos de renda fixa e quotas de fundos

		30/06/2017		
		Saldo contábil	**Impacto no resultado - antes dos impostos**	**Novo saldo**
Aplicações Financeiras	Aumento taxa juros 1,50%	88.354	1.325	89.679
Aplicações Financeiras	Redução taxa juros 1,50%	88.354	(1.325)	87.029

		31/12/2016		
		Saldo contábil	**Impacto no resultado - antes dos impostos**	**Novo saldo**
Aplicações Financeiras	Aumento taxa juros 1,50%	88.946	1.334	90.280
Aplicações Financeiras	Redução taxa juros 1,50%	88.946	(1.334)	87.612

A Seguradora possui como política de gestão de risco financeiro, a contratação de produtos financeiros prontamente disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez. As tabelas a seguir demonstradas no risco de mercado apresentam todos os ativos financeiros detidos pela Seguradora classificados mensurados ao justo valor.

c. Risco de mercado

(i) Taxa de juros

Para reduzir a exposição às variações nas taxas de juros do mercado doméstico, a Seguradora realiza suas aplicações financeiras em títulos públicos e títulos privados indexadas à variação do CDI.

(ii) Hierárquia do valor justo compreende:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

	30/06/2017		31/12/2016	
	Nível I	**Nível II**	**Nível I**	**Nível II**
Quotas de fundo de investimentos	-	60.020	-	56.885
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	25.536	-	26.449	-
Debêntures	-	28	-	-
Letra Financeira (LF's)	-	2.770	-	5.612
	25.536	**62.818**	**26.449**	**62.497**

d. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco onde recursos de caixa possam não estar disponíveis para pagar obrigações futuras quando vencidas. A política de gestão de risco da Seguradora não possui limites para risco de liquidez e possuímos o compromisso de honrar todos os passivos de seguros e passivos financeiros quando vencidos em suas datas contratuais ou quando os processos de sinistros atenderem todos os critérios exigidos para a pronta liquidação.

e. Risco de crédito

Para o controle e avaliação do risco de crédito, a Seguradora utiliza a classificação de agências classificadoras de risco. Se duas ou mais agências classificarem o mesmo papel, a Seguradora adotará, para fins de classificação de risco de crédito, aquela mais conservadora.

A política de gestão de riscos da Seguradora visa assegurar que a carteira de investimentos esteja adequada ao perfil e limites de risco apropriados ao negócio da empresa e alinhados à política de investimento definida. A Seguradora busca realizar a gestão dos ativos financeiros através da diversificação das aplicações quanto ao nível de exposição e limites de alocação dos ativos, visando mitigar os riscos e garantir retornos sustentáveis.

Para os empréstimos e recebíveis a seguradora adota o critério estabelecido pela circular SUSEP n. 517/15, para constituição da provisão para redução ao valor recuperável de ativos.

A tabela a seguir apresenta os ativos financeiros, distribuídos por *ratings* de crédito fornecidos pelas agências classificadoras de risco, disponibilizado de forma consolidada pela BRAM (Bradesco Asset Management).

Composição da carteira por classe e por categoria contábil em 30/06/2017:

Ficht Ratings **A.M.Best Company** **Moody´S Investors Services** **Standard & Poor´S**	**Soberano**	**AAA** **A++** **Aaa** **AAA**	**AA+ / AA / AA-** **A+ / A+ / A+** **Aa1 / Aa2 / Aa3** **AA+ / AA / AA-**	**A+ / A / A-** **A / A / A-** **A1 / A2 / A3** **A+ / A / A-**	**Sem rating**	**Valor de Mercado**
Caixa	-	-	-	-	11	11
Bancos	-	2.668	-	-	-	2.668
Prêmios a receber	-	-	-	-	26.831	26.831
Operações com resseguradoras	-	-	1.113	543	2.976	4.632
Valor Justo por meio do resultado						
Ativos pós-fixados	**25.536**	**2.798**	**-**	**-**	**60.020**	**88.354**
Públicos	**25.536**	**-**	**-**	**-**	**-**	**25.536**
Letras Financeiras do Tesouro	25.536	-	-	-	-	25.536
Privados	**-**	**2.798**	**-**	**-**	**60.020**	**62.818**
Letras financeiras	-	2.770	-	-	-	2.770
Debêntures	-	28	-	-	-	28
Quotas de Fundos de Investimentos (DPVAT)	-	-	-	-	60.020	60.020
Exposição máxima ao risco de crédito	**25.536**	**5.466**	**1.113**	**543**	**89.838**	**122.496**

Composição da carteira por classe e por categoria contábil em 31/12/2016:

Ficht Ratings **A.M.Best Company** **Moody´S Investors Services** **Standard & Poor´S**	**Soberano**	**AAA** **A++** **Aaa** **AAA**	**AA+ / AA / AA-** **A+ / A+ / A+** **Aa1 / Aa2 / Aa3** **AA+ / AA / AA-**	**A+ / A / A-** **A / A / A-** **A1 / A2 / A3** **A+ / A / A-**	**Sem rating**	**Valor de Mercado**
Caixa	-	-	-	-	11	11
Bancos	-	2.148	143	-	-	2.291
Empréstimos e recebíveis- prêmios a receber	-	-	-	-	24.354	24.354
Operações com resseguradoras	-	-	1.061	733	3.211	5.005
Valor Justo por meio do resultado						
Ativos pós-fixados	**26.449**	**5.612**	**-**	**-**	**56.885**	**88.946**
Públicos	**26.449**	**-**	**-**	**-**	**-**	**26.449**
Letras Financeiras do Tesouro	26.449	-	-	-	-	26.449
Privados	**-**	**5.612**	**-**	**-**	**56.885**	**62.497**
Letras financeiras	-	5.612	-	-	-	5.612
Quotas de Fundos de Investimentos (DPVAT)	-	-	-	-	56.885	56.885
Exposição máxima ao risco de crédito	**26.449**	**7.760**	**1.204**	**733**	**84.461**	**120.607**

A Administração classificou os títulos públicos como soberanos uma vez que a contraparte é o governo federal.

f. Risco de capital

No Brasil, acompanhando a tendência mundial de fortalecimento do mercado segurador, a SUSEP adotou normas e regras de alocação de capital dos riscos provenientes da subscrição para os diversos ramos de seguros e também os critérios de atuação do órgão regulador em relação à eventual insuficiência de capital das seguradoras.

O capital adicional para risco de subscrição, de crédito e operacional, é calculado conforme definido em normas e legislações vigentes, publicadas pela Superintendência de Seguros Privados. Visando a adoção das melhoras práticas de gestão de risco, a Companhia está apurando o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito e operacional, como demonstrado Nota 21.1.

6 Caixa e bancos

Composto pelos valores da rubrica "Disponível":

	30/06/2017	31/12/2016
Caixa	11	11
Bancos	2.669	2.291
Total	**2.680**	**2.302**

7 Aplicações financeiras (instrumentos financeiros)

7.1 Aplicações financeiras por categoria e prazo de vencimento

A classificação das aplicações financeiras por categoria e prazo de vencimento é apresentada da seguinte forma:

	30/06/2017							
	Sem Vencimento	De 61 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Valor de mercado	Valor de custo atualizado	Percentual
Valor justo por meio do resultado	**60.020**	**274**	**296**	**2.093**	**25.671**	**88.354**	**88.354**	**100**
Letras Financeiras de Tesouro (LFTs)	-	-	-	1.918	23.618	25.536	25.536	29
Quotas e fundos de investimentos (DPVAT)	60.020	-	-	-	-	60.020	60.020	68
Letra Financeira	-	274	268	175	2.053	2.770	2.770	3
Debênture	-	-	28	-	-	28	28	-
Total	**60.020**	**274**	**296**	**2.093**	**25.671**	**88.354**	**88.354**	**100**

	31/12/2016							
	Sem Vencimento	De 61 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Valor de mercado	Valor de custo atualizado	Percentual
Valor justo por meio do resultado	**56.885**	**-**	**2.131**	**512**	**29.418**	**88.946**	**88.946**	**100**
Letras Financeiras de Tesouro (LFTs)	-	-	-	-	26.449	26.449	26.449	30
Quotas e fundos de investimentos (DPVAT)	56.885	-	-	-	-	56.885	56.885	64
Letra Financeira	-	-	2.131	512	2.969	5.612	5.612	6
Total	**56.885**	**-**	**2.131**	**512**	**29.418**	**88.946**	**88.946**	**100**

As taxas de juros contratadas para as aplicações da carteira são:

Aplicações	Indexador	Taxas de juros média da carteira
Letras financeiras (LFs)	CDI	107%
Letras financeiras de tesouro (LFTs)	SELIC	-
Debênture	CDI	103%

As movimentações das aplicações no período estão demonstradas abaixo:

	31/12/2016	Aplicações	Resgates	Rendimentos	30/06/2017
Títulos de renda fixa	32.061	6.184	(11.586)	1.674	28.334
Quotas de fundo de investimentos	56.885	5.162	(5.247)	3.221	60.020
Total das aplicações financeiras	**88.946**	**11.346**	**(16.833)**	**4.895**	**88.354**

	31/12/2015	Aplicações	Resgates	Rendimentos	30/06/2016
Títulos de renda fixa	29.504	8.905	(8.073)	1.923	32.259
Quotas de fundo de investimentos	41.099	10.024	(1.640)	3.210	52.693
Total das aplicações financeiras	**70.603**	**18.929**	**(9.713)**	**5.133**	**84.952**

7.2 Ativos em cobertura de provisões técnicas

	30/06/2017	31/12/2016
Títulos de renda fixa privados	2.770	5.612
Títulos de renda fixa públicos	25.536	26.449
Total dos ativos em cobertura	**28.306**	**32.061**
Provisões técnicas - seguros - (sem DPVAT)	57.170	65.410
(-) Comissões diferidas diretas - pagas	(1.951)	(1.577)
(-) Ativos de resseguros - PPNG	(7.054)	(7.398)
(-) Ativos de resseguros - IBNR	(3.688)	(4.318)
(-) Ativos de resseguros - PSL	(15.285)	(23.136)
(-) Ativos de resseguros - PDR	(116)	(91)
(-) Direitos creditórios	(3.962)	(2.902)
Total a ser coberto	**25.114**	**25.988**
Excesso de ativos em cobertura	**3.192**	**6.073**

8 Operações de seguros e resseguros

8.1 Prêmios a Receber

		30/06/2017		
Ramos	**Período Médio de Parcelamento (Meses)**	**Prêmios a Receber**	**Redução ao Valor Recuperável**	**Prêmios a Receber - Líquido**
Garantia obrigações privadas	2 mensal	519	(4)	515
Garantia obrigações públicas	2 mensal	3.049	(22)	3.027
Crédito à exportação	4 trimestral	3.416	(27)	3.389
Credito interno	4 trimestral	19.847	(22)	19.825
		26.831	**(75)**	**26.756**
Curto Prazo		**26.831**	**(75)**	**26.756**

	31/12/2016			
Ramos	**Período Médio de Parcelamento (Meses)**	**Prêmios a Receber**	**Redução ao Valor Recuperável**	**Prêmios a Receber - Líquido**
Garantia obrigações privadas	2 mensal	635	(4)	631
Garantia obrigações públicas	2 mensal	1.515	(37)	1.478
Crédito à exportação	4 trimestral	4.556	(58)	4.498
Credito interno	4 trimestral	17.648	(26)	17.622
		24.354	**(125)**	**24.229**
Curto Prazo		**24.354**	**(125)**	**24.229**

Movimentação dos Prêmios a Receber	**30/06/2017**	**Movimentação dos Prêmios a Receber**	**30/06/2016**
Saldo Inicial em 1 Janeiro de 2017	**24.354**	**Saldo Inicial em 1 Janeiro de 2016**	**10.363**
(+) Prêmios Emitidos	21.133	(+) Prêmios Emitidos	28.365
(-) Prêmios Cancelados	(1.019)	(-) Prêmios Cancelados	(535)
(-) Recebimentos	(18.565)	(-) Recebimentos	(23.175)
(+) RVNE	933	(+) RVNE	8.966
(-) Oscilação Cambial	(4)	(-) Oscilação Cambial	(464)
Saldo em 30 de Junho de 2017	**26.831**	**Saldo em 30 de Junho de 2016**	**23.519**

Composição quanto aos prazos de vencimento

Prêmios a Receber	**30/06/2017**		
Faixas de Vencimento	**A vencer**	**Vencidas**	**Total - Prêmios a Receber**
01 a 60 dias	4.610	14.935	19.545
61 a 120 dias	2.677	48	2.725
121 a 180 dias	1.752	60	1.812
181 a 365 dias	2.579	84	2.663
Superior a 365 dias	-	90	90
	11.618	**15.217**	**26.831**
Redução ao Valor Recuperável			**(75)**
Prêmio Líquido a Receber			**26.756**

Prêmios a Receber	**31/12/2016**		
Faixas de Vencimento	**A vencer**	**Vencidas**	**Total - Prêmios a Receber**
01 a 60 dias	5.283	14.236	19.519
61 a 120 dias	1.513	98	1.611
121 a 180 dias	1.088	8	1.096
181 a 365 dias	1.792	158	1.950
Superior a 365 dias	-	178	178
	9.676	**14.678**	**24.354**
Redução ao Valor Recuperável			**(125)**
Prêmio Líquido a Receber			**24.229**

8.2 Operações com resseguradoras

8.2.1 Operações ativas

As operações ativas com resseguradoras estão representadas por:

Descrição	**30/06/2017**	**31/12/2016**
Sinistros Pagos	3.979	4.003
Participação nos lucros (*)	718	1.051
Outros créditos - conta corrente	-	16
Redução ao valor recuperável	(65)	(65)
Total	**4.632**	**5.005**
Curto prazo	4.461	4.834
Longo prazo	171	171
Faixas	**30/06/2017**	**31/12/2016**
A vencer	718	1.051
1 a 180 dias	3.877	3.889
Superior a 1 ano	-	2
Superior a 2 anos	37	63
Total	**4.632**	**5.005**

(*) Refere-se a valores a receber das resseguradoras, relacionados à participação nos lucros contratualmente previstos nos contratos entre as partes, auferidos nas cessões dos prêmios de resseguros, registrados por estimativa com base no volume de prêmios e sinistros gerados no período contratual e na sua competência contábil.

8.2.2 Operações passivas

A seguir, demonstramos as operações com resseguradoras, relacionadas ao repasse de prêmios, líquidas de comissão, registrados na rubrica "Débitos das operações com seguros e resseguros - operações com resseguradoras":

Descrição	**30/06/2017**	**31/12/2016**
Resseguradora local	17.405	13.751
Resseguradora admitida	2.733	4.368
Resseguradora eventual	4	2
	20.142	**18.121**

9 Ativos de resseguros - provisões técnicas

9.1 Ativos de seguros e resseguros

	30/06/2017				
Ramos	**Sinistros pendentes de pagamento**	**IBNR sinistros ocorridos e não avisados**	**Prêmio de resseguro diferido**	**Provisão de despesas relacionada**	**TOTAL**
Garantia de operações privadas	254	38	1.042	1	1.335
Garantia de operações públicas	8.266	73	8.081	82	16.502
Garantia de concessões públicas	264	-	-	-	264
Garantia judicial	-	1	-	-	1
Crédito interno	4.554	3.554	8.689	7	16.804
Crédito à exportação	1.947	22	2.026	26	4.021
Total	**15.285**	**3.688**	**19.838**	**116**	**38.927**
Circulante					33.433
Não Circulante					5.494

	31/12/2016				
Ramos	**Sinistros pendentes de pagamento**	**IBNR sinistros ocorridos e não avisados**	**Prêmio de resseguro diferido**	**Provisão de despesas relacionada**	**TOTAL**
Garantia de operações privadas	240	50	1.559	26	1.875
Garantia de operações públicas	4.529	94	7.060	14	11.697
Garantia de concessões públicas	250	-	1	1	252
Garantia judicial	-	1	-	-	1
Crédito interno	6.043	3.885	7.246	15	17.189
Crédito à exportação	**12.074**	288	2.234	35	14.631
Total	**23.136**	**4.318**	**18.100**	**91**	**45.645**
Circulante					41.020
Não Circulante					4.625

Movimentação	**31/12/2016**	**Constituição do semestre**	**Reversão do semestre**	**30/06/2017**
Prêmios não ganhos	18.100	(283.181)	284.919	19.838
Sinistros a liquidar - administrativo	7.705	(86.201)	84.476	5.980
Sinistros a liquidar - judicial	15.431	42.138	(48.264)	9.305
Sinistros ocorridos mas não avisados	4.318	(26.443)	25.813	3.688
Provisão de despesas relacionadas	91	(153)	178	116
Total	**45.645**	**(353.840)**	**347.122**	**38.927**

Movimentação	**31/12/2015**	**Constituição do semestre**	**Reversão do semestre**	**30/06/2016**
Provisão prêmios não ganhos	10.196	(224.280)	232.299	18.215
Sinistros a liquidar - administrativo	8.941	(30.342)	30.269	8.868
Sinistros a liquidar - judicial	15.208	(25.855)	24.258	13.611
Sinistros ocorridos mas não avisados	4.583	(29.242)	30.774	6.115
Provisão de despesas relacionadas	82	(204)	207	85
Total	**39.010**	**(309.923)**	**317.807**	**4.894**

9.2 Sinistros pendentes de pagamento - ativo

	30/06/2017						
Tipo ressegurador	**Garantia de operações privadas**	**Garantia de operações públicas**	**Garantia de concessões públicas**	**Crédito interno**	**Crédito à exportação**	**Total**	**%**
Ressegurador - local	201	7.885	220	2.176	1.427	11.909	77,91%
Ressegurador - admitida	51	366	44	2.356	515	3.332	21,80%
Ressegurador - eventual	2	15	-	22	5	44	0,29%
Total	**254**	**8.266**	**264**	**4.554**	**1.947**	**15.285**	**100,00%**

	31/12/2016						
Tipo ressegurador	**Garantia de operações privadas**	**Garantia de operações públicas**	**Garantia de concessões públicas**	**Crédito interno**	**Crédito à exportação**	**Total**	**%**
Ressegurador - local	194	4.152	211	3.175	11.477	19.207	83,03%
Ressegurador - admitida	44	363	38	2.846	594	3.885	16,79%
Ressegurador - eventual	2	14	-	21	5	42	0,18%
Total	**240**	**4.529**	**249**	**6.042**	**12.076**	**23.136**	**100,00%**

9.2.1 Prêmios de resseguro diferidos - ativo

	30/06/2017		
Ramos	**Provisão de prêmios não ganhos**	**Comissão diferida**	**TOTAL**
Garantia de operações privadas	1.500	(458)	1.042
Garantia de operações públicas	11.725	(3.644)	8.081
Crédito interno	10.507	(1.818)	8.689
Crédito à exportação	2.471	(445)	2.026
Total	**26.203**	**(6.365)**	**19.838**
Circulante			14.344
Não Circulante			5.494

	31/12/2016		
Ramos	**Provisão de prêmios não ganhos**	**Comissão diferida**	**TOTAL**
Garantia de operações privadas	2.208	(649)	1.559
Garantia de operações públicas	10.359	(3.299)	7.060
Crédito interno	8.828	(1.582)	7.246
Crédito à exportação	2.866	(631)	2.233
Total	**24.261**	**(6.161)**	**18.100**
Circulante			13.473
Não circulante			4.625

10 Depósitos judiciais e fiscais

	30/06/2017	31/12/2016
Depósito judicial sinistro	148	148
Total	**148**	**148**

11 Custos de aquisição diferidos

Ramos	**Saldos em 31/12/2016**	**Constituição**	**Reversão**	**Saldos em 30/06/2017**
Garantia de operações privadas	350	2.722	(2.796)	276
Garantia de operações públicas	1.570	21.020	(20.804)	1.786
Crédito interno	1.664	8.642	(8.413)	1.893
Crédito à exportação	450	2.416	(2.532)	334
Total	**4.034**	**34.800**	**(34.545)**	**4.289**
Circulante	2.909			3.236
Não Circulante	1.125			1.053

Ramos	**Saldos em 31/12/2015**	**Constituição**	**Reversão**	**Saldos em 30/06/2016**
Garantia de operações privadas	432	8.073	(8.155)	350
Garantia de operações públicas	493	37.551	(36.474)	1.570
Garantia judicial	21	53	(74)	-
Crédito interno	433	12.399	(11.168)	1.664
Crédito à exportação	266	5.114	(4.930)	450
Total	**1.645**	**63.190**	**(60.801)**	**4.034**
Circulante	1.325			2.136
Não Circulante	320			1.230

Os custos de aquisição diferidos são representados por comissões a corretores de seguros sobre prêmios emitidos diferidos *pro rata* dia com base na vigência das apólices.

12 Investimento

	30/06/2017	31/12/2016
Participações societárias:		
(*) CESCE Brasil Serviços e Gestão de Riscos Ltda.	3.640	3.057
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.	281	291
	3.921	3.348
Outros investimentos:		
Obras de arte	4	4
	3.925	3.352

(*) Informações da controlada:

	30/06/2017	31/12/2016
Ativos Totais	4.074	3.338
Passivos Totais	434	281
Receitas Totais	3.114	6.051
Capital Social	7.004	7.004
Prejuízo Acumulado	(3.364)	(3.947)
Patrimônio Líquido	3.640	3.057
Lucro Líquido no período	583	1.821

A Controladora detém 100% das ações da controlada, no total de 5.963.899 ações com valor nominal de R$ 1,00 cada.

Investimento em controlada	Saldos em 31/12/2016	Aumento de capital realizado na controlada	Resultado de equivalência patrimonial	Saldos em 30/06/2017
CESCE Brasil Serviços e Gestão de Riscos Ltda	3.057	-	583	3.640
Total	**3.057**	**-**	**583**	**3.640**

Investimento em controlada	Saldos em 31/12/2015	Aumento de capital realizado na controlada	Resultado de equivalência patrimonial	Saldos em 30/06/2016
CESCE Brasil Serviços e Gestão de Riscos Ltda	933	304	506	1.743
Total	**933**	**304**	**506**	**1.743**

Em 2016 a controladora converteu créditos a receber com a controlada em investimento permanente na controlada. Essa operação se reflete como aumento do capital social.

13 Imobilizado

Descrição	Saldo em 31/12/2016	Aquisição	Baixa	Saldo em 30/06/2017
Equipamentos	1.250	13	(144)	1.119
Instalações	276	1	-	277
Móveis, Maquinas e Utensílios	412	3	-	415
Veículos	217	-	(72)	145
Benfeitoria Imóvel Terceiros	717	12	-	729
	2.872	**29**	**(216)**	**2.685**

Descrição	Taxa anual de deprec - %	Saldo em 31/12/2016	Depreciação	Baixa	Saldo em 30/06/2017
Depreciação - Equipamentos	20	(798)	(85)	141	(742)
Depreciação - Instalações	20	(171)	(16)	-	(187)
Depreciação - Móveis, Máquinas e Utensílios	10	(253)	(21)	-	(274)
Depreciação - Veículos	10	(166)	(14)	58	(122)
Depreciação - Benfeitoria Imóvel Terceiros	20	(478)	(52)	-	(530)
		(1.866)	**(188)**	**199**	**(1.855)**
Total Imobilizado		**1.006**	**(159)**	**(17)**	**830**

14 Intangível

Descrição	Saldo em 31/12/2016	Aquisição	Baixa	Saldo em 30/06/2017
Direito de uso de Terceiros	660	73	-	733
Desenvolvimento de Programas	234	-	-	235
	894	**73**	**-**	**968**

Descrição	Taxa anual de amort.- %	Saldo em 31/12/2016	Amortização	Baixa	Saldo em 30/06/2017
Amortização - Direito de uso de Terceiros	10	(386)	(88)	-	(474)
Amortização - Desenvolvimento de Programas	20	(195)	(23)	-	(218)
		(581)	**(111)**	**-**	**(692)**
Total Intangível		**313**	**(38)**	**-**	**276**

15 Obrigações a pagar

As obrigações a pagar da Seguradora são representadas por:

	30/06/2017	31/12/2016
Fornecedores	430	603
Participação nos lucros a pagar	187	317
Serviços de terceiros	2.331	2.632
Total	**2.948**	**3.552**

16 Impostos e contribuições a pagar

A Seguradora possui os seguintes impostos a pagar:

	30/06/2017	31/12/2016
PIS e COFINS	139	829
Total	**139**	**829**

Os valores de 30/06/2017 referem-se principalmente à provisão para PIS e COFINS sobre receitas de comissões de resseguro.

17 Corretores de seguros e resseguros

	30/06/2017	31/12/2016
Comissões sobre prêmios - direto	1.722	1.312
Comissões sobre prêmios - RVNE	1.390	1.306
Total	**3.112**	**2.618**

18 Depósitos de terceiros

	30/06/2017						
Passivo	**De 1 a 30 dias:**	**De 31 a 60 dias:**	**De 61 a 120 dias:**	**De 121 a 180 dias:**	**De 181 a 365 dias:**	**Superior a 365 dias**	**Total**
Prêmios e emolumentos recebidos	-	16	-	7	-	40	63

	31/12/2016						
Passivo	**De 1 a 30 dias:**	**De 31 a 60 dias:**	**De 61 a 120 dias:**	**De 121 a 180 dias:**	**De 181 a 365 dias:**	**Superior a 365 dias**	**Total**
Prêmios e emolumentos recebidos	477	-	-	-	40	-	517

19 Provisões técnicas

	30/06/2017					
Ramos	**Prêmios não ganhos**	**Sinistros à liquidar**	**Sinistros ocorridos mas não avisados**	**Provisão de despesas relacionadas**	**Outras provisões (PDA)**	**Total**
Garantia de operações privadas	1.856	293	44	1	-	**2.194**
Garantia de operações públicas	11.778	8.852	112	83	-	**20.825**
Garantia de concessões públicas	-	330	-	-	-	**330**
Garantia judicial	-	-	2	-	-	**2**
Crédito interno	16.749	6.470	4.934	9	-	**28.162**
Crédito à exportação	3.016	2.521	85	35	-	**5.657**
DPVAT	-	11.002	48.507	-	476	**59.985**
Total	**33.399**	**29.468**	**53.684**	**128**	**476**	**117.155**
Circulante	25.936	29.468	53.684	128	476	109.692
Não circulante	7.463	-	-	-	-	7.463

	31/12/2016					
Ramos	**Prêmios não ganhos**	**Sinistros à liquidar**	**Sinistros ocorridos mas não avisados**	**Provisão de despesas relacionadas**	**Outras provisões (PDA)**	**Total**
Garantia de operações privadas	2.643	277	62	28	-	**3.010**
Garantia de operações públicas	10.695	5.111	151	25	-	**15.982**
Garantia de concessões públicas	-	313	-	-	-	**313**
Garantia judicial	-	-	2	-	-	**2**
Crédito interno	14.574	8.529	5.638	20	-	**28.761**
Crédito à exportação	4.260	12.626	408	48	-	**17.342**
DPVAT	-	11.423	45.013	-	437	**56.873**
Total	**32.172**	**38.279**	**51.274**	**121**	**437**	**122.283**
Circulante	24.993	38.279	51.274	121	437	115.104
Não circulante	7.179	-	-	-	-	7.179

Movimentação	**31/12/2016**	**Constituição do semestre**	**Reversão do semestre**	**30/06/2017**
Prêmios não ganhos	32.172	260.836	(259.610)	33.398
Sinistros à liquidar - administrativo	11.003	119.964	(122.359)	8.608
Sinistros à liquidar - administrativo DPVAT	2.137	132	(523)	1.746
Sinistros à liquidar - judicial	15.853	(68.150)	62.155	9.858
Sinistros à liquidar - judicial DPVAT	9.286	6.129	(6.158)	9.257
Sinistros ocorridos mas não avisados	6.261	37.325	(38.409)	5.177
Sinistros ocorridos mas não avisados DPVAT	45.013	12.456	(8.963)	48.506
Provisão de despesas relacionadas	121	241	(235)	127
Outras provisões - DPVAT	437	4.243	(4.202)	478
Total	**122.283**	**373.176**	**(378.304)**	**117.155**

Movimentação	**31/12/2015**	**Constituição do semestre**	**Reversão do semestre**	**30/06/2016**
Prêmios não ganhos	16.278	206.530	(191.759)	31.049
Sinistros à liquidar - administrativo	10.123	39.466	(36.905)	12.684
Sinistros à liquidar - administrativo DPVAT	2.867	257	(972)	2.152
Sinistros à liquidar - judicial	17.925	20.892	(24.928)	13.889
Sinistros à liquidar - judicial DPVAT	11.811	3.390	(593)	14.608
Sinistros ocorridos mas não avisados	5.886	40.420	(38.110)	8.196
Sinistros ocorridos mas não avisados DPVAT	26.111	12.961	(3.628)	35.444
Provisão de despesas relacionadas	98	240	(236)	102
Outras provisões - DPVAT	298	3.786	(3.611)	473
Total	**91.397**	**327.942**	**(300.742)**	**118.597**

19.1 Provisões técnicas - PSL Judicial

As contingências passivas relacionadas a sinistros em discussão judicial estão provisionadas com base nos pareceres de nossos consultores jurídicos externos e foram constituídas provisões para garantir eventuais perdas com estas ações e estão registradas na rubrica "Provisão de sinistros a liquidar".

	30/06/2017					
Ramos	**Em até quatro anos**	**Qtde**	**Mais de cinco anos**	**Qtde**	**Total**	**Qtde**
Garantia de operações privadas	1	2	292	3	293	5
Garantia de operações públicas	407	10	7.644	7	8.051	17
Garantia de concessões públicas	-	-	330	1	330	1
Crédito interno	-	-	-	-	-	-
Crédito à exportação	-	-	1.184	3	1.184	3
DPVAT	7.746	2.712	1.510	388	9.256	3.100
Total	**8.154**	**2.724**	**10.960**	**402**	**19.114**	**3.126**

						31/12/2016
Ramos	**Em até quatro anos**	**Qtde**	**Mais de cinco anos**	**Qtde**	**Total**	**Qtde**
Garantia de operações privadas	1	3	277	3	278	6
Garantia de operações públicas	470	13	3.841	5	4.311	18
Garantia de concessões públicas	-	-	313	1	313	1
Crédito interno	-	-	-	-	-	-
Crédito à exportação	-	-	10.953	3	10.953	3
DPVAT	7.264	2.790	2.020	340	9.284	3.130
Total	**7.735**	**2.806**	**17.404**	**352**	**25.139**	**3.158**

19.2 Desenvolvimento de sinistros

As tabelas a seguir apresentam a evolução da tabela de desenvolvimento de sinistros administrativos e de sinistros judiciais acumulados bruta e líquida de resseguros das estimativas dos sinistros ocorridos e seus pagamentos até totalizarem o passivo corrente.

O objetivo desta tabela é demonstrar a consistência da política de provisionamento de sinistros da Seguradora.

a. Desenvolvimento de sinistros

BRUTO DE RESSEGURO - Administrativos + Judiciais								
Incorrido (+) IBNR	**Anterior a 2012**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**TOTAL**
- Até a data-base		13.766	8.562	20.406	28.686	30.197	22.166	
- Um ano mais tarde		18.456	7.002	6.116	17.751	22.386		
- Dois anos mais tarde		15.774	6.949	5.596	17.798			
- Três anos mais tarde		13.652	6.945	5.774				
- Quatro anos mais tarde		13.653	6.952					
- Cinco anos mais tarde		13.654						
Posição em 30/06/2017		**13.654**	**6.952**	**5.774**	**17.798**	**22.386**	**22.166**	
Pagamentos acumulado		**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	
- Até a data-base		(6.309)	(477)	(737)	(5.990)	(10.213)	(9.659)	
- Um ano mais tarde		(12.910)	(6.263)	(5.518)	(18.074)	(21.939)		
- Dois anos mais tarde		(13.067)	(6.271)	(5.725)	(18.243)			
- Três anos mais tarde		(13.079)	(6.286)	(5.923)				
- Quatro anos mais tarde		(13.080)	(6.296)					
- Cinco anos mais tarde		(13.118)						
Posição em 30/06/2017		**(13.118)**	**(6.296)**	**(5.923)**	**(18.243)**	**(21.939)**	**(9.659)**	
Atualização monetária e Juros		**287**	**65**	**182**	**509**	**1**	**-**	
Provisão de sinistros em 30/06/2017	**9.174**	**823**	**722**	**33**	**63**	**448**	**12.507**	**23.771**

LÍQUIDO DE RESSEGURO - Administrativos + Judiciais

Incorrido (+) IBNR	Anterior a 2012	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL
- Até a data-base		2.212	1.579	3.524	5.376	8.341	6.295	
- Um ano mais tarde		2.955	2.440	1.023	4.055	6.218		
- Dois anos mais tarde		2.405	2.423	755	4.066			
- Três anos mais tarde		2.302	2.554	788				
- Quatro anos mais tarde		2.251	2.400					
- Cinco anos mais tarde		2.266						
Posição em 30/06/2017		**2.266**	**2.400**	**788**	**4.066**	**6.218**	**6.295**	
Pagamento acumulado		**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	
- Até a data-base		(868)	(87)	(147)	(1.156)	(2.788)	(2.608)	
- Um ano mais tarde		(2.173)	(2.333)	(950)	(4.127)	(6.114)		
- Dois anos mais tarde		(2.217)	(2.334)	(980)	(4.162)			
- Três anos mais tarde		(2.218)	(2.336)	(1.016)				
- Quatro anos mais tarde		(2.218)	(2.338)					
- Cinco anos mais tarde		(2.222)						
Posição em 30/06/2017		**(2.222)**	**(2.338)**	**(1.016)**	**(4.162)**	**(6.114)**	**(2.608)**	
Atualização monetária e Juros		**97**	**40**	**233**	**109**	**(3)**	**-**	
Provisão de sinistros em 30/06/2017	**633**	**141**	**102**	**5**	**13**	**101**	**3.687**	**4.681**

20 Contingências

	30/06/2017															
	Processos de Sinistros				Processos de Sinistros DPVAT				Processos trabalhistas				Processos cíveis (*)			
Probabilidade de perda	**Quantidade**	**Valor reclamado**	**Valor provisionado**	**%**	**Quantidade**	**Valor reclamado**	**Valor provisionado**	**%**	**Quantidade**	**Valor reclamado**	**Valor provisionado**	**%**	**Quantidade**	**Valor reclamado**	**Valor provisionado**	**%**
Provável	5	8.610	8.610	100	3.100	42.234	9.256	22	1	267	267	100	-	-	-	-
Possível	13	2.539	1.248	49	-	-	-		1	86	26	30	3	3.508	1.052	30
Remota	12	38.741	-	-	-	-	-		-	-	-	-	4	126.816	-	-
Total	**30**	**49.890**	**9.858**		**3.100**	**42.234**	**9.256**		**2**	**353**	**293**		**7**	**130.324**	**1.052**	

	31/12/2016															
	Processos de Sinistros				Processos de Sinistros DPVAT				Processos trabalhistas				Processos cíveis (*)			
Probabilidade de perda	**Quantidade**	**Valor reclamado**	**Valor provisionado**	**%**	**Quantidade**	**Valor reclamado**	**Valor provisionado**	**%**	**Quantidade**	**Valor reclamado**	**Valor provisionado**	**%**	**Quantidade**	**Valor reclamado**	**Valor provisionado**	**%**
Provável	3	11.167	11.167	100	434	6.252	2.060	33	1	194	194	100	-	-	-	-
Possível	15	9.488	4.724	50	2.327	30.174	5.389	33	1	953	286	30	3	3.388	1.016	30
Remota	14	37.206	-	-	369	5.570	1.835	33	-	-	-	-	4	124.842	-	-
Total	**32**	**57.861**	**15.891**		**3.130**	**41.996**	**9.285**		**2**	**1.147**	**480**		**7**	**128.230**	**1.016**	

(*) A Companhia é parte em discussões judiciais de natureza cível, cujo valor em risco estimado pela Administração é de aproximadamente R$ 40.961 milhões. Os assessores jurídicos da Companhia avaliam a probabilidade de perda dessas discussões como remota, motivo pelo qual não há provisão constituída. Os controladores, no curso normal de suas operações, formalizaram compromissos na remota hipótese de uma conclusão desfavorável nas discussões judiciais em curso, dando suporte a manutenção de suas atividades.

A Companhia provisiona todos os valores relacionados as discussões administrativas em trânsito com a SUSEP, em relação a ofícios ou questionamentos que estão demonstrados em "Outras provisões" no montante de R$ 1.180 mil.

21 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado é representado por 190.697.468 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e estão distribuídas como segue:

	Percentual	
	30/06/2017	**31/12/2016**
Consórcio Internacional de Asseguradores de Crédito (CIAC)	99,99	99,99
Outros	0,01	0,01

b. Reservas de lucros

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido, limitado a 20% do capital social. O lucro do exercício, após dedução da reserva legal, é transferido para reserva de lucros para reinvestimento nas operações da Seguradora, quando aplicável, consoante a Lei 6.404/76.

21.1 Patrimônio líquido ajustado

Nos termos da Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações pela Resolução CNSP nº 343/16, as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR) e liquidez em relação ao Capital de Risco (CR). CMR é equivalente ao maior valor, entre o capital-base e o capital de risco. A Companhia está apurando o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito, mercado e operacional, como demonstrado abaixo:

	30/06/2017
Patrimônio líquido	**23.789**
Ajustes contábeis:	**(4.201)**
Participações societárias	(3.921)
Ativos intangíveis	(276)
Obras de arte	(4)
Ajustes econômicos:	**5**
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	5
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	**19.593**
Capital Base - (I)	**15.000**
Capital Adicional - Risco de Subscrição	3.566
Capital Adicional - Risco de Crédito	1.002
Capital Adicional - Risco de Mercado (*)	802
Capital Adicional - Risco Operacional	480
Benefícios da diversificação/correlação entre os riscos	(924)
Capital de Risco (II)	**4.926**
Capital Mínimo Requerido - CMR - (Maior entre I e II)	**15.000**
Suficiência de capital (PLA - CMR)	**4.593**
Total de ativos garantidores (III)	**28.306**
Total de provisões técnicas a ser coberta (líquidas de ativos redutores e não contempla DPVAT) (IV)	**25.114**
Ativos Líquidos (V) = (III-IV)	**3.192**
Índice de liquidez = (V / II)	**64,82%**

(*) Conforme disposições transitórias, alínea "a", parágrafo 4º do artigo 50, da Resolução 321/2015, o montante efetivamente exigido do capital de risco de mercado corresponde a 50% em 30 de junho de 2017. O montante de 100% do risco de mercado será aplicável a partir de 31 de dezembro de 2017.

22 Detalhamento das contas da demonstração do resultado

22.1 Prêmios emitidos líquidos

Ramos	30/06/2017	30/06/2016
Garantia operações privadas	350	2.339
Garantia obrigações públicas	3.260	7.912
Garantia judicial	-	(69)
Crédito doméstico risco comercial	15.024	21.626
Crédito à exportação	1.447	3.931
Convênio DPVAT	13.916	20.843
Total	**33.997**	**56.582**

22.2 Prêmio ganho

Ramos	30/06/2017	30/06/2016
Garantia operações privadas	1.096	1.681
Garantia obrigações públicas	2.177	2.548
Garantia judicial	-	376
Crédito doméstico risco comercial	12.850	12.324
Crédito à exportação	2.859	3.268
Convênio DPVAT	13.663	20.543
Total	**32.643**	**40.740**

22.3 Sinistros ocorridos

			Índice de sinistralidade %	
Ramos	**30/06/2017**	**30/06/2016**	**30/06/2017**	**30/06/2016**
Garantia operações privadas	18	16	-2%	-1%
Garantia obrigações públicas	(176)	1.404	4%	-55%
Garantia de concessões públicas	-	1	0%	0%
Garantia judicial	-	(3)	0%	1%
Crédito doméstico risco comercial	(4.647)	(11.891)	36%	96%
Crédito à exportação	675	(3.875)	-24%	119%
Convênio DPVAT	(11.708)	(17.740)	86%	86%
Total	**(15.738)**	**(32.088)**	**48%**	**79%**

22.4 Custos de aquisição

			Índice de comercialização %	
Ramos	**30/06/2017**	**30/06/2016**	**30/06/2016**	**30/06/2016**
Garantia operações privadas	(127)	(190)	12%	11%
Garantia obrigações públicas	(290)	(320)	13%	13%
Garantia judicial	-	(21)	0%	6%
Crédito doméstico risco comercial	(1.705)	(914)	13%	7%
Crédito à exportação	(298)	(358)	10%	11%
Convênio DPVAT	(164)	(292)	1%	1%
Total	**(2.584)**	**(2.095)**	**8%**	**5%**

22.5 Outras receitas (despesas) operacionais

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Despesas DPVAT	(1.445)	(1.566)
Despesas com inspeção e análise de Risco	(1.015)	(1.257)
Diferimento desconto emissão	(46)	(117)
Processos cíveis	(36)	(138)
Variação da provisão para perdas (PDD)	195	102
Outras	(72)	(64)
Total	**(2.419)**	**(3.040)**

Resultado com resseguro

22.6 Receita com resseguro

Ramos	30/06/2017	30/06/2016
Garantia operações privadas	(12)	(1)
Garantia obrigações públicas	174	(297)
Garantia de concessões públicas	-	5
Garantia judicial	-	1
Crédito doméstico risco comercial	4.934	8.482
Crédito à exportação	112	3.692
Total	**5.208**	**11.882**

22.7 Despesa com resseguro

Ramos	30/06/2017	30/06/2016
Garantia operações privadas	(677)	(1.029)
Garantia obrigações públicas	(1.313)	(1.512)
Garantia judicial	-	(280)
Crédito doméstico risco comercial	(7.959)	(7.069)
Crédito à exportação	(1.679)	(1.785)
Outros	(319)	(946)
Total	**(11.947)**	**(12.621)**
Total do resultado com resseguro	**(6.739)**	**(739)**

22.8 Despesas administrativas

	30/06/2017	30/06/2016
Despesas com pessoal próprio	(4.169)	(3.673)
Despesas com serviço de terceiros	(1.781)	(1.706)
Despesas com localização e funcionamento	(1.209)	(1.421)
Despesas com publicação	(22)	(39)
Despesas com propaganda e publicidade	(14)	(16)
Despesas com donativos	(3)	(2)
Despesas administrativas convênio DPVAT	(679)	(706)
Despesas administrativas diversas	71	(31)
Total	**(7.807)**	**(7.594)**

22.9 Despesas com tributos

	30/06/2017	30/06/2016
PIS e COFINS	(478)	(796)
Taxa de fiscalização	(159)	(207)
IOF	(18)	(15)
Outros	(93)	(67)
Total	**(748)**	**(1.085)**

22.10 Resultado financeiro

a. Receitas financeiras

	30/06/2017	30/06/2016
Receitas com títulos renda fixa públicos	1.434	1.867
Receitas com títulos renda fixa privados	240	56
Receitas com títulos renda fixa privados	68	75
Receitas fundos de investimentos - DPVAT	3.221	3.210
Receitas com operações de seguros	4.695	3.914
Outras receitas financeiras	142	459
Total	**9.799**	**9.581**

b. Despesas financeiras

	30/06/2017	30/06/2016
Despesas com operações de seguros e resseguros	(8.188)	(6.627)
IOF	(47)	(24)
Outras	55	(720)
Total	**(8.180)**	**(7.371)**
Resultado Financeiro	**1.619**	**2.210**

22.11 Resultado patrimonial

	30/06/2017	30/06/2016
Resultado com equivalência patrimonial CESCE Serviços	583	506
Resultado com equivalência patrimonial DPVAT	7	13
Total	**590**	**519**

23 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social correntes

	30/06/2017		30/06/2016	
	Imposto de renda	**Contribuição social**	**Imposto de renda**	**Contribuição Social**
Resultado antes dos impostos e participações	64	64	(1.934)	(1.934)
Participação sobre o resultado	(89)	(89)	(140)	(140)
Equivalência patrimonial	(590)	(590)	(519)	(519)
Outras exclusões	(156)	(156)	191	191
Base de cálculo	**(771)**	**(771)**	**(2.402)**	**(2.402)**

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2017 e 2016, a Companhia apurou prejuízo fiscal de imposto de renda de R$ 771 (R$ 2.402 em 30 de junho de 2016) e base negativa de contribuição social de R$ 771 (R$ 2.402 em 30 de junho de 2016). O saldo acumulado em 30 de junho de 2017 de prejuízo fiscal é R$ 29.947 (R$ 26.641 em 30 de junho de 2016) e Base negativa de R$ 31.699 (R$ 28.393 em 30 de junho de 2016). Esses créditos não estão registrados pelo fato da Companhia não ter apresentado histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro em pelo menos, 3 (três) dos últimos 5 (cinco) exercícios sociais, conforme circular 544/16.

24 Benefícios a empregados

A Seguradora possui benefícios de curto prazo a empregados tais como: vale-alimentação e refeição, assistência médica e odontológica, seguro de vida, auxílio bolsa de estudo para graduação e pós-graduação.

	30/06/2017	30/06/2016
Vale alimentação	(256)	(238)
Assistência médica e odontológica	(315)	(275)
Seguro de vida	(35)	(27)
Instrução	(24)	(19)
Plano de previdência complementar	(25)	(30)
Outras despesas assistenciais	(21)	(23)
Total	**(676)**	**(612)**

A Seguradora possui programa de participação nos lucros de acordo com o disposto na Lei nº 10.101/2000, devidamente acordado com os funcionários. As demais provisões trabalhistas são calculadas segundo normas e leis trabalhistas em vigor na data de preparação das demonstrações financeiras e registradas segundo regime de competência e conforme os serviços são prestados pelos funcionários.

25 Partes relacionadas

A administração considera como partes relacionadas as operações com CESCEBrasil Serviços e Gestão de Riscos Ltda - "Cesce Serviços", seus diretores, demais membros-chave da diretoria e seus familiares e serviços compartilhados com a CIAC (Consorcio Internacional de Aseguradores de Crédito). A Seguradora compartilha com a sua controlada "Cesce Serviços" parte da estrutura operacional e administrativa, as despesas desse compartilhamento são relassadas de acordo com critérios de rateio estabelecidos pela Administração. Adicionalmente a "Cesce Serviços" presta serviços de análise de crédito e monitoramento aos seus clientes.

	30/06/2017		31/12/2016		30/06/2016		31/12/2015	
	Saldos Ativo (Passivo)	**Resultado** Receitas (Despesas)	**Saldos** Ativo (Passivo)	**Resultado** Receitas (Despesas)	**Saldos** Ativo (Passivo)	**Resultado** Receitas (Despesas)	**Saldos** Ativo (Passivo)	**Resultado** Receitas (Despesas)
CESCEBrasil Serviços e Gestão de Riscos Ltda	285	152	134	279	-	145	159	307
CIAC - Consorcio Internacional de Aseguradores de Crédito	(419)		(606)		(427)		(635)	

26 Outras informações

Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018, após serem referendadas pela SUSEP.

Dentre aquelas que podem ser relevantes para a Companhia, encontra-se:

A IFRS 9 (ou CPC 48) - Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS39 (CPC 38). A IFRS 9 (CPC 48) é aplicável quando referendada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor das normas.